REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA MUNICIPAL: UM ESTUDO SOBRE FINANÇAS, GESTÃO E DESEMPENHO NOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES

PUBLIC MANAGEMENT AND MUNICIPAL GOVERNANCE: A STUDY ON FINANCE, MANAGEMENT, AND PERFORMANCE IN MUNICIPALITIES OF AMAZONAS

GESTIÓN PÚBLICA Y GOBERNANZA MUNICIPAL: UN ESTUDIO SOBRE FINANZAS, GESTIÓN Y DESEMPEÑO EN LOS MUNICIPIOS DE AMAZONAS

Anthonny De Oliveira Moura
Graduando em Ciências Contábeis, UEA.
E-mail: adom.cic22@uea.edu.br

Bryan Santos de Oliveira
Graduando em Ciências Contábeis, UEA.
E-mail: bsdo.cic22@uea.edu.br

Juliano Milton Kruger
Doutor em Ciências da Educação e em Ciências da Administração, IFAM e UEA, Brasil
E-mail: juliano.kruger@ifam.edu.br e jmkruger@uea.edu.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a governança municipal dos 62 municípios do estado do Amazonas a partir dos indicadores do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM-CFA), considerando as dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Os dados foram obtidos na base do IGM-CFA e analisados por meio de estatística descritiva, possibilitando a identificação de padrões de governança municipal. Os resultados evidenciaram diferenças relevantes entre os municípios amazonenses nas dimensões e indicadores avaliados, revelando distintos níveis de governança segundo os critérios estabelecidos pelo índice. Os resultados sugerem que fatores territoriais, econômicos e institucionais podem estar associados às diferenças observadas entre os municípios, embora tais fatores não tenham sido diretamente incorporados ao modelo analítico adotado. Conclui-se que a governança municipal no Amazonas apresenta significativa heterogeneidade entre os municípios analisados, evidenciando desafios relacionados às dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho. O estudo contribui para a compreensão da governança municipal no contexto amazônico e oferece subsídios para futuras análises sobre a gestão pública local.

Palavras-chave: Governança Municipal. Administração Pública. Gestão Pública. IGM-CFA.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Municípios do Amazonas.

Abstract

This study aimed to analyze municipal governance in the 62 municipalities of the state of Amazonas based on the indicators of the Municipal Governance Index developed by the Federal Council of Administration (IGM-CFA), considering the dimensions of Finance, Management, and Performance. The research is characterized as applied, exploratory, and descriptive, with a quantitative approach supported by bibliographic and documentary research. Data were obtained from the IGM-CFA database and analyzed using descriptive statistics, enabling the identification of patterns of municipal governance. The results revealed significant differences among the municipalities across the evaluated dimensions and indicators, demonstrating distinct levels of governance according to the criteria established by the index. The findings suggest that territorial, economic, and institutional factors may be associated with the differences observed among municipalities, although these factors were not directly incorporated into the analytical model adopted in this study. It is concluded that municipal governance in Amazonas presents considerable heterogeneity among the municipalities analyzed, highlighting challenges related to the dimensions of Finance, Management, and Performance. The study contributes to the understanding of municipal governance in the Amazonian context and provides support for future analyses of local public administration.

Keywords: Municipal Governance. Public Administration. Public Management. IGM-CFA. Municipalities of Amazonas.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo analizar la gobernanza municipal de los 62 municipios del estado de Amazonas a partir de los indicadores del Índice de Gobernanza Municipal del Consejo Federal de Administración (IGM-CFA), considerando las dimensiones de Finanzas, Gestión y Desempeño. La investigación se caracteriza como aplicada, exploratoria y descriptiva, con enfoque cuantitativo, fundamentada en investigación bibliográfica y documental. Los datos fueron obtenidos de la base del IGM-CFA y analizados mediante estadística descriptiva, permitiendo identificar patrones de gobernanza municipal. Los resultados evidenciaron diferencias relevantes entre los municipios amazonenses en las dimensiones e indicadores evaluados, revelando distintos niveles de gobernanza según los criterios establecidos por el índice. Los resultados sugieren que factores territoriales, económicos e institucionales pueden estar asociados con las diferencias observadas entre los municipios, aunque dichos factores no fueron incorporados directamente al modelo analítico adoptado. Se concluye que la gobernanza municipal en Amazonas presenta una significativa heterogeneidad entre los municipios analizados, evidenciando desafíos relacionados con las dimensiones de Finanzas, Gestión y Desempeño. El estudio contribuye a la comprensión de la gobernanza municipal en el contexto amazónico y ofrece insumos para futuras investigaciones sobre la gestión pública local.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Palabras clave: Gobernanza Municipal. Administración Pública. Gestión Pública. IGM-CFA. Municipios de Amazonas.

1. Introdução

A governança municipal desempenha papel fundamental no desenvolvimento local e no fortalecimento do controle social sobre a atuação dos órgãos públicos, contribuindo para a efetividade das políticas públicas por meio de relações pautadas na transparência, integridade e confiança entre governo e sociedade. Nesse contexto, os municípios destacam-se como a esfera governamental mais próxima da população, apresentando maior capacidade de identificar e responder às demandas locais. Para Menezes (2002), o município constitui a esfera de governo mais eficiente para levar a presença do poder público ao interior do país. De forma complementar, Matias e Campello (2000) afirmam que, por representar a menor unidade administrativa da federação, o município favorece o fortalecimento da democracia ao manter contato mais direto com os problemas da comunidade e estar mais sujeito à fiscalização e ao controle social.

Entretanto, mesmo diante da existência de instrumentos normativos voltados ao fortalecimento da governança e da responsabilidade fiscal, como o Decreto nº 9.203/2017 (Brasil, 2017) e a Lei Complementar nº 101/2000 (Brasil, 2000), muitos municípios brasileiros ainda enfrentam desafios estruturais que comprometem sua capacidade administrativa e a efetividade das políticas públicas. Conforme destacam Arretche (2010) e Souza (2001), a adoção de normas nacionais não garante resultados homogêneos entre os entes federativos, uma vez que fatores econômicos, sociais e demográficos influenciam diretamente sua implementação. Nesse contexto, limitações na arrecadação própria, elevada dependência de transferências intergovernamentais e fragilidades institucionais afetam especialmente os municípios de menor porte e economicamente mais dependentes (Arretche, 2010; Souza, 2001; Magalhães; Mattos; Wakim, 2019), contribuindo para a insatisfação da população e reforçando a necessidade de práticas de governança mais efetivas (Chichoski; Sehn; Mello, 2019). Embora a produção científica sobre governança pública tenha avançado nas últimas décadas, ainda persistem lacunas relacionadas à análise da governança municipal e à integração entre finanças, gestão e desempenho dos governos locais (Mello, 2006; Chichoski; Sehn; Mello,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

2019).

No estado do Amazonas, os desafios da governança municipal são intensificados por características territoriais, geográficas e socioeconômicas específicas, como a vasta extensão territorial, a dispersão populacional, as limitações logísticas e a elevada dependência de transferências intergovernamentais. Esses fatores aumentam os custos administrativos, dificultam a coordenação das ações governamentais e impõem obstáculos adicionais à prestação de serviços públicos e à implementação de políticas públicas. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: de que maneira a governança municipal dos municípios do Amazonas, nas dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho, revela padrões, desafios e oportunidades de melhoria para a administração pública local?

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a governança municipal dos 62 municípios do estado do Amazonas, a partir dos indicadores do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM-CFA), considerando as dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho, com o propósito de identificar padrões, fragilidades e oportunidades de aprimoramento da administração pública municipal. De forma específica, o trabalho busca: (a) avaliar a dimensão “finanças” a partir dos indicadores de investimento per capita, custo do legislativo, equilíbrio previdenciário e equilíbrio fiscal; (b) examinar a dimensão “gestão” quanto ao planejamento, colaboradores e transparência; (c) analisar a dimensão “desempenho” nos indicadores de educação, saúde, saneamento e meio ambiente, vulnerabilidade social e segurança; e (d) comparar o desempenho geral dos municípios amazonenses, identificando diferenças observadas entre os municípios amazonenses.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa contribui para o avanço das discussões sobre governança pública municipal ao analisar comparativamente os municípios do Amazonas, contexto ainda pouco explorado na literatura nacional. A utilização do IGM-CFA possibilita uma abordagem integrada das dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho, favorecendo a compreensão das relações entre capacidade administrativa, gestão financeira e resultados governamentais. Além disso, o estudo fornece subsídios para gestores públicos, órgãos de controle e

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

sociedade civil ao identificar fragilidades institucionais, padrões de desempenho e oportunidades de aprimoramento da gestão municipal, contribuindo para o fortalecimento do planejamento, do monitoramento e da formulação de políticas públicas mais eficientes nos municípios amazonenses (Chichoski; Sehn; Mello, 2019; CFA, 2025).

2. Governança Pública e Administração Pública

A governança pública pode ser compreendida como a forma pela qual autoridades e instituições governamentais conduzem suas ações em articulação com a sociedade civil e o setor privado, buscando promover eficiência, transparência e legitimidade na gestão pública (Kissler; Heidemann, 2006). Nessa perspectiva, configura-se como um arranjo institucional baseado na cooperação e coordenação entre atores públicos e privados para a formulação e implementação de políticas públicas, por meio do diálogo, da participação democrática e da construção de soluções coletivas (Ronconi, 2011; Secchi, 2009).

A Administração Pública compreende o conjunto de órgãos, agentes e atividades responsáveis pela execução das políticas governamentais e pela gestão dos recursos públicos, visando ao atendimento das necessidades coletivas e à promoção do interesse público (Matias-Pereira, 2008; Meirelles, 2003). Nesse contexto, a governança pública constitui instrumento de aprimoramento da capacidade estatal, da coordenação institucional e da efetividade das ações governamentais. Para Coelho, Guth e Loureiro (2020), a qualidade da governança municipal depende tanto da existência de mecanismos formais de gestão quanto do desenvolvimento de capacidades técnico-administrativas e político-relacionais. Complementarmente, Matias-Pereira (2010) destaca que a administração pública deve orientar-se pelos princípios da eficiência, transparência, accountability e participação social, visando à efetividade dos resultados governamentais.

4. Gestão e Finanças Públicas Municipais

A gestão pública municipal compreende o planejamento, a coordenação e a aplicação dos recursos necessários ao atendimento das demandas coletivas e à prestação de serviços públicos (Matias-Pereira, 2007; Silva, 2004). Nesse contexto, a atuação governamental deve orientar-se pelos princípios da economicidade,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

eficiência e eficácia, buscando maximizar os resultados obtidos com os recursos disponíveis (Hansen; Houlberg; Pedersen, 2014).

A sustentabilidade financeira constitui elemento fundamental da gestão pública, uma vez que desequilíbrios fiscais podem comprometer investimentos, limitar a execução de políticas públicas e reduzir a capacidade estatal de responder às demandas sociais (Lima, 2011; Reis, 2015). As finanças públicas abrangem os processos de arrecadação, alocação e administração dos recursos governamentais (Matias; Campello, 2000), enquanto a atividade fiscal envolve sua obtenção e aplicação no custeio das ações estatais (Matias-Pereira, 2006). Nessa perspectiva, a gestão financeira compreende os procedimentos de obtenção, gerenciamento e utilização dos recursos públicos, influenciando diretamente o equilíbrio fiscal, a execução das políticas públicas e o desenvolvimento local (Silva, 2004).

5. Índice de Governança Municipal (IGM-CFA)

O Índice de Governança Municipal (IGM-CFA), desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração (CFA), consiste em uma ferramenta de mensuração voltada à avaliação comparativa da governança municipal. O índice integra as dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho, oferecendo uma medida sintética baseada nos indicadores que o compõem e contribuindo para a identificação de padrões de gestão e fragilidades institucionais nos municípios brasileiros (Albuquerque et al., 2017).

O índice integra três dimensões, Finanças, Gestão e Desempenho, que contemplam aspectos relacionados à capacidade financeira, administrativa e aos resultados das políticas públicas. Dessa forma, o IGM-CFA operacionaliza empiricamente os conceitos de governança pública ao permitir a análise da capacidade dos municípios de mobilizar recursos, organizar processos administrativos e gerar resultados para a população (Albuquerque et al., 2017; IGM-CFA).

Quadro 1 - Dimensão e Indicadores

Dimensão	Indicadores
Finanças	4 (Fiscal, Investimento Per Capita em Saúde e Educação, Equilíbrio Previdenciário e Custo do Legislativo).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Gestão	3 (Colaboradores, Planejamento e Transparência)
Desempenho	5 (Educação, Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Vulnerabilidade Social e Segurança)
Total no IGM	**12**

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Conforme a metodologia do IGM-CFA, os municípios são agrupados por porte populacional e PIB per capita, permitindo comparações mais adequadas entre localidades com características socioeconômicas semelhantes. Os indicadores são padronizados em escala de 0 a 10, enquanto as dimensões e o índice geral são calculados por médias aritméticas simples, não havendo ponderação diferenciada entre seus componentes (Albuquerque et al., 2017).

Embora constitua importante instrumento de comparação, o IGM-CFA deve ser interpretado com cautela, pois seus resultados dependem dos indicadores selecionados, dos critérios de padronização adotados e da qualidade das bases de dados utilizadas. Assim, o índice representa uma medida sintética de governança municipal, útil para análises comparativas, mas insuficiente para retratar integralmente a realidade administrativa dos municípios.

6. Metodologia

A classificação metodológica deste trabalho segue a proposta de Kruger (2023). Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão sobre a governança municipal nos municípios amazonenses, tema ainda pouco explorado em estudos comparativos em âmbito estadual. O caráter descritivo decorre da intenção de analisar e caracterizar o comportamento dos municípios a partir dos indicadores das dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho do Índice de Governança Municipal (IGM-CFA).

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa, por utilizar indicadores numéricos para analisar os níveis de governança municipal. Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, de natureza aplicada, fundamentada em dados secundários

REMUNOM
ISSN 2178-6925
Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

disponibilizados pelo IGM-CFA e em literatura especializada sobre governança pública, gestão municipal e finanças públicas.

A população da pesquisa é composta pelos 62 municípios do estado do Amazonas, correspondendo ao universo de análise do estudo. A utilização de todos os municípios amazonenses possibilita uma avaliação abrangente e comparativa da governança municipal no estado, permitindo identificar padrões, diferenças e características relacionadas às dimensões analisadas.

A pesquisa utilizou dados secundários provenientes da base do Índice de Governança Municipal do Conselho Federal de Administração (IGM-CFA), complementados por fontes bibliográficas utilizadas na fundamentação teórica do estudo. A matriz de dados refere-se ao ano de 2025 e foi obtida por meio da plataforma oficial do IGM-CFA, disponível em https://igm.cfa.org.br/, com acesso realizado em 17/03/2026. A base contempla informações dos 62 municípios do estado do Amazonas. Os valores dos indicadores, das dimensões e do índice geral para os 62 municípios analisados encontram-se apresentados no Apêndice A, visando ampliar a transparência e a reprodutibilidade dos resultados.

Foram utilizadas todas as variáveis disponibilizadas pelo IGM-CFA para os 62 municípios analisados, abrangendo as dimensões Finanças, Gestão e Desempenho, seus respectivos indicadores e o índice geral de governança municipal. Os dados foram conferidos quanto à consistência das informações para subsidiar a análise comparativa dos municípios amazonenses. Conforme a metodologia do IGM-CFA, valores nulos podem decorrer da indisponibilidade de informações ou da classificação de resultados como outliers negativos, não devendo ser interpretados automaticamente como ausência de desempenho ou fragilidade administrativa, aspecto considerado na análise dos resultados.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de estatística descritiva, com elaboração de tabelas e gráficos para sintetizar e visualizar os resultados das dimensões e indicadores do IGM-CFA. Conforme Kruger (2023), essa técnica permite identificar padrões e diferenças entre os municípios analisados. A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico adotado, relacionando os achados empíricos à literatura sobre governança pública, gestão municipal e finanças públicas.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

O horizonte temporal da pesquisa é transversal, uma vez que a análise considera dados referentes ao ano de 2025. O estudo utilizou exclusivamente dados secundários de domínio público e fontes bibliográficas, dispensando apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa. Adicionalmente, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial generativa ChatGPT (OpenAI) como apoio à revisão textual e ao aprimoramento da redação acadêmica, sem participação na coleta, tratamento ou análise dos dados, permanecendo sob responsabilidade dos autores a validação e integridade do conteúdo apresentado.

7. Resultados e Discussão

Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos indicadores e dimensões do IGM-CFA nos municípios amazonenses (2025)

Indicador/Dimensão	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio-padrão	Q1	Q3
Investimento Per Capita	5,67	5,52	10	0,09	2,76	3,82	7,71
Fiscal	6,4	6,39	9,11	3,85	1,18	5,62	7,18
Equilíbrio Previdenciário	1,45	0	8	0	2,39	0	2,48
Custo do Legislativo	6,98	7,64	10	0	2,63	5,9	8,75
Dimensão - Finanças	**5,13**	**5,14**	**7,24**	**2,2**	**0,93**	**4,68**	**5,78**
Colaboradores	6,34	6,28	9,62	1	1,94	5	8,12
Planejamento	7,17	7,41	10	3,72	1,55	6,01	8,28
Transparência	5,39	4,98	9,65	3,16	1,59	4,17	6,61
Dimensão - Gestão	**6,3**	**6,2**	**8,74**	**4,41**	**0,93**	**5,78**	**6,99**
Educação	3,76	3,76	6,31	0	1,48	2,68	5,12
Saneamento e Meio Ambiente	1,78	1,72	4,03	0	1,33	0,46	3,21
Saúde	5,48	5,52	9,68	1,52	1,85	3,93	6,59
Segurança	6,7	7,49	10	0	2,8	4,38	9,11
Vulnerabilidade Social	3,51	2,13	10	0	3,47	0,44	6,07
Dimensão - Desempenho	**4,25**	**4,14**	**6,87**	**1,76**	**1,27**	**3,47**	**4,98**
IGM Geral	**5,22**	**5,3**	**6,45**	**3,56**	**0,63**	**4,88**	**5,67**

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos indicadores e dimensões do IGM-CFA para os municípios do Amazonas, evidenciando diferenças relevantes entre os resultados observados e distintos níveis de variabilidade entre os indicadores analisados.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

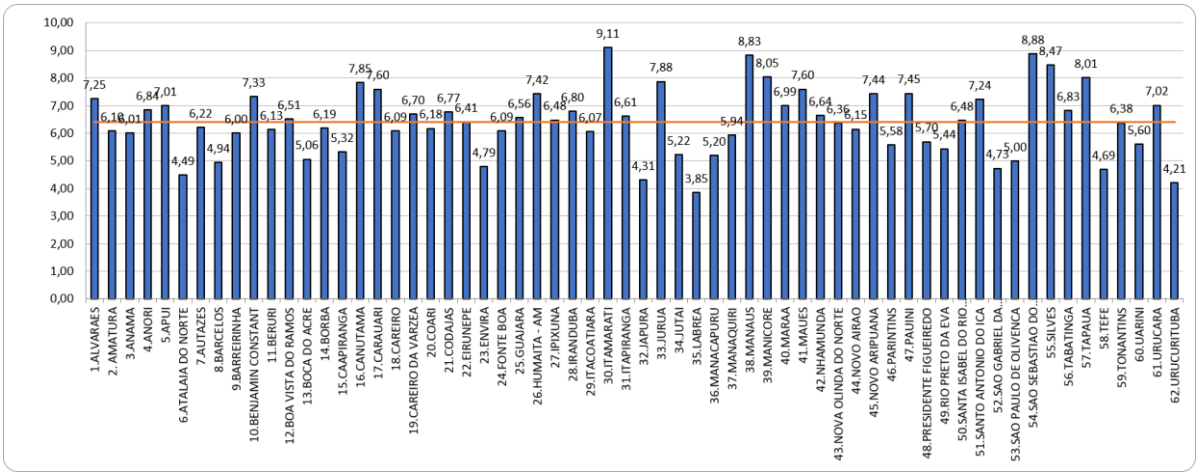
Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

7.1. Finanças municipais

7.1.1 Indicador – Fiscal

No indicador Fiscal, os resultados evidenciam valores variando entre 3,85 e 9,11 pontos. Entretanto, a proximidade entre média (6,40) e mediana (6,39), associada ao baixo desvio-padrão (1,18), indica distribuição relativamente homogênea dos resultados entre os municípios, quando comparada a outros indicadores analisados.

Gráfico 1 – Fiscal



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Embora sejam observadas diferenças entre os municípios, a maior parte dos resultados concentrou-se entre o primeiro e o terceiro quartil (5,62 e 7,18), sugerindo padrões semelhantes de equilíbrio fiscal e sustentabilidade financeira. Os resultados indicam que, de modo geral, os municípios amazonenses apresentam comportamento relativamente consistente nesse indicador, ainda que alguns casos específicos se afastem da tendência central observada.

Conforme Arretche (2010), desigualdades econômicas e institucionais podem influenciar a capacidade fiscal dos entes federativos. Nesse contexto, os resultados sugerem diferentes níveis de autonomia financeira entre os municípios, refletindo suas condições de arrecadação, planejamento orçamentário e sustentabilidade das contas públicas, aspectos também destacados por Giacomoni (2012) e Matias-Pereira (2006).

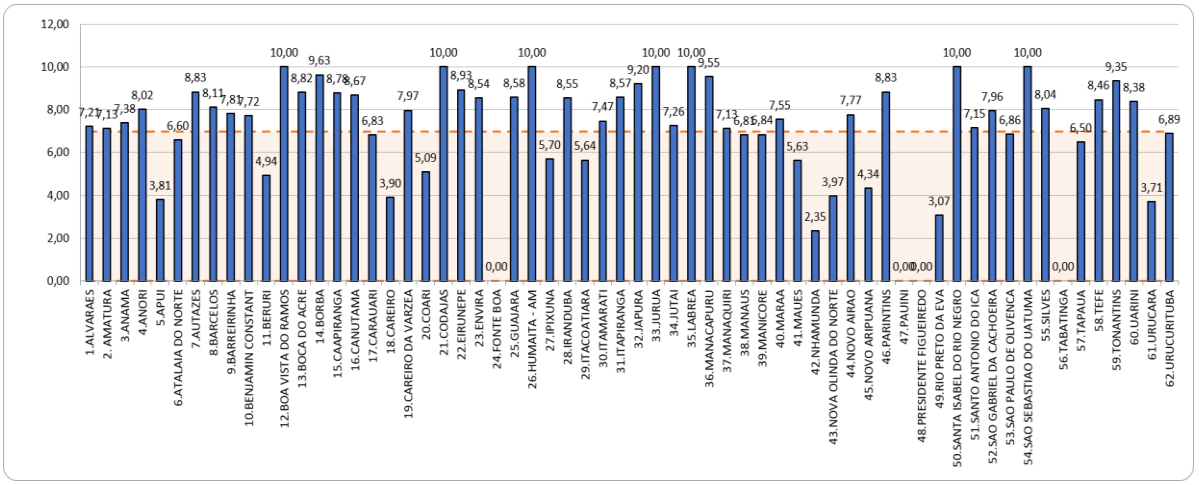
7.1.2 Indicador – Custo do legislativo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

O comportamento do indicador demonstra significativa heterogeneidade entre os municípios amazonenses, cuja média estadual alcançou 6,98 pontos. Os resultados variaram entre 0 e 10 pontos, evidenciando diferenças relevantes na relação entre os custos da estrutura legislativa e a capacidade financeira municipal.

Gráfico 2 – Custo do Legislativo



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A elevada dispersão dos resultados (DP = 2,63) e a distância entre o primeiro e o terceiro quartil (5,90 e 8,75) evidenciam diferenças significativas entre os municípios quanto ao peso relativo dos gastos legislativos. Observam-se ainda valores nulos que, conforme a metodologia do IGM-CFA, podem decorrer da indisponibilidade de informações ou dos critérios de cálculo adotados pelo índice.

Os resultados sugerem diferenças significativas entre os municípios amazonenses quanto ao peso relativo dos gastos legislativos. Em municípios com menor capacidade financeira, despesas legislativas proporcionalmente mais elevadas podem ampliar a pressão sobre os recursos disponíveis para outras áreas da administração pública. Nesse contexto, Hansen, Houlberg e Pedersen (2014) destacam a importância da eficiência na alocação dos recursos públicos, enquanto Matias e Campello (2000) ressaltam a relevância do equilíbrio entre receitas e despesas para a sustentabilidade financeira municipal.

7.1.3 Indicador – Equilíbrio Previdenciário

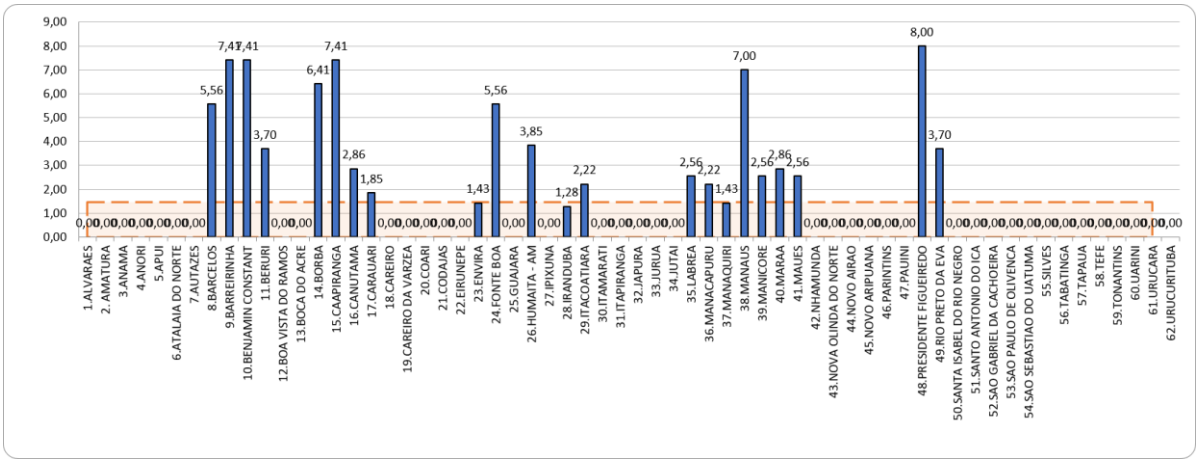
O indicador Equilíbrio Previdenciário demonstra um dos maiores desafios observados na dimensão Finanças. A média estadual de 1,45 ponto evidencia

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

baixo desempenho agregado dos municípios nesse indicador.

Gráfico 3 – Equilíbrio Previdenciário



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A distribuição dos dados apresenta forte concentração de resultados reduzidos, evidenciada pela mediana e pelo primeiro quartil iguais a zero. Além disso, 40 municípios registraram pontuação nula no indicador, que, conforme a metodologia do IGM-CFA, não deve ser interpretada automaticamente como fragilidade previdenciária. Em contrapartida, alguns municípios apresentaram desempenho substancialmente superior, evidenciando elevada heterogeneidade quanto às condições associadas ao equilíbrio previdenciário.

Os dados obtidos indicam que a sustentabilidade previdenciária permanece como desafio relevante para grande parte dos municípios amazonenses. Esse achado converge com Giacomoni (2012), que destaca a sustentabilidade previdenciária como elemento fundamental do equilíbrio das finanças públicas, e com Matias-Pereira (2006), ao enfatizar a importância do controle das despesas obrigatórias para a estabilidade fiscal e o planejamento governamental.

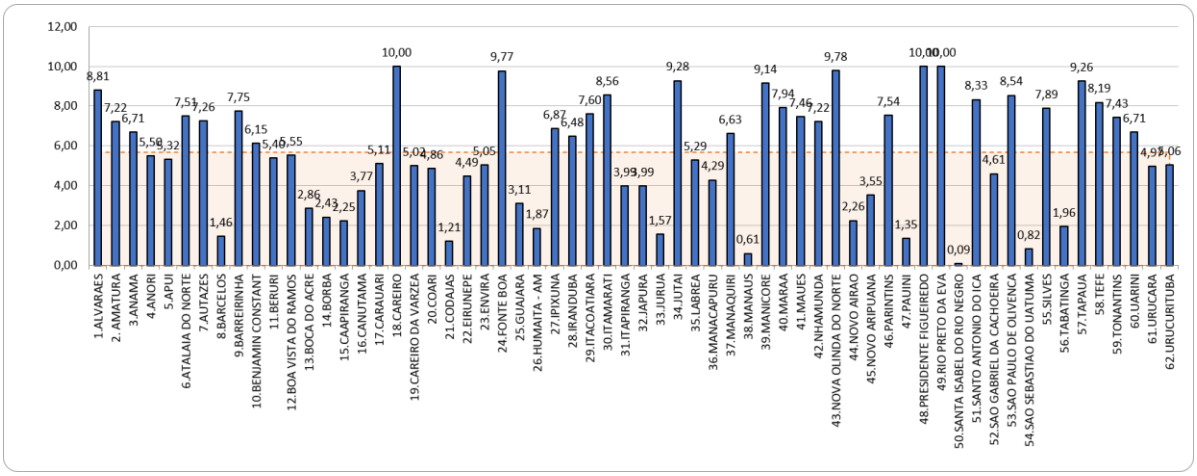
7.1.4 Indicador – Investimento *Per Capita*

No indicador Investimento Per Capita, percebem-se diferenças quanto à capacidade de aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde. A média alcançou 5,67 pontos, indicando desempenho intermediário, embora a ampla variação observada entre os municípios revele distintas capacidades de investimento e disponibilidade de recursos para financiar políticas públicas essenciais.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Gráfico 4 – Investimento Per Capita



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A heterogeneidade dos resultados é evidenciada pelo elevado desvio-padrão (2,76 pontos), o maior entre os indicadores da dimensão Finanças, bem como pela distância entre o primeiro e o terceiro quartil (3,82 e 7,71). Esses resultados indicam que os municípios apresentam capacidades bastante distintas de investimento per capita, refletindo diferenças na disponibilidade de recursos e nas prioridades de alocação orçamentária.

A distribuição observada evidencia que o investimento em educação e saúde está relacionado à capacidade dos municípios de direcionar recursos para áreas estratégicas das políticas públicas. Contudo, a elevada dispersão dos resultados demonstra que esse processo ocorre de forma desigual entre os municípios amazonenses, refletindo diferentes condições de financiamento e investimento governamental. Nesse sentido, Bouckaert e Halligan (2008) destacam que a efetividade da gestão pública depende da capacidade de alocar recursos de forma eficiente, enquanto Matias-Pereira (2006) ressalta que a adequada aplicação dos recursos públicos contribui para o desenvolvimento local e o fortalecimento da atuação governamental.

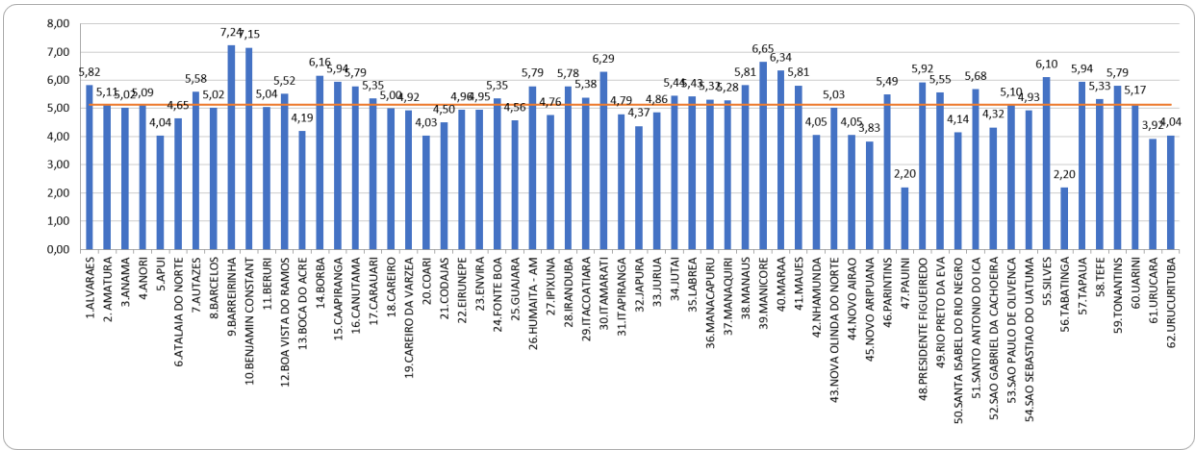
7.1.5 Dimensão Geral – Finanças

O gráfico a seguir apresenta o desempenho dos 62 municípios amazonenses na dimensão Finanças, consolidando os resultados dos indicadores Fiscal, Custo do Legislativo, Equilíbrio Previdenciário e Investimento Per Capita.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Gráfico 5 – Dimensão Finanças



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os resultados da dimensão Finanças indicam desempenho intermediário entre os municípios amazonenses. A proximidade entre a média (5,13) e a mediana (5,14), associada ao baixo desvio-padrão (0,93), evidencia distribuição relativamente homogênea dos resultados quando comparada à dispersão observada em alguns indicadores individuais da dimensão.

Esse comportamento sugere que as diferenças observadas nos indicadores Fiscal, Custo do Legislativo, Equilíbrio Previdenciário e Investimento Per Capita tendem a ser parcialmente compensadas na composição da dimensão, resultando em níveis relativamente próximos de desempenho financeiro entre os municípios. Assim, embora tenham sido identificadas heterogeneidades relevantes em indicadores específicos, especialmente no Equilíbrio Previdenciário e no Investimento Per Capita, a avaliação consolidada da dimensão revela menor variabilidade entre os resultados municipais.

A menor variabilidade observada na dimensão Finanças, em comparação aos seus indicadores isolados, evidencia a importância de considerar conjuntamente aspectos relacionados ao equilíbrio fiscal, à sustentabilidade previdenciária, à estrutura de gastos e à capacidade de investimento na avaliação das finanças públicas municipais. Nessa perspectiva, Arretche (2010), Souza (2001), Matias-Pereira (2006), Giacomoni (2012) e Bouckaert e Halligan (2008) destacam que a sustentabilidade financeira dos governos locais depende da articulação entre diferentes mecanismos de gestão fiscal e alocação de recursos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

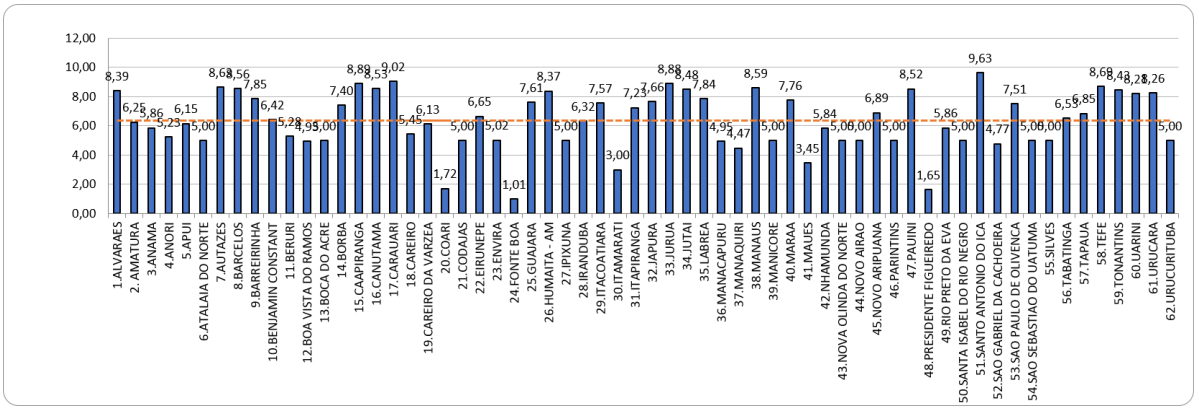
públicos.

7.2. Gestão municipal

7.2.1 Indicador – Colaboradores

O indicador Colaboradores apresentou média estadual de 6,34 pontos, configurando um dos resultados mais elevados da dimensão Gestão. Os valores observados variaram entre 1,00 e 9,62 pontos, evidenciando diferenças na estrutura de recursos humanos e na organização administrativa dos municípios amazonenses.

Gráfico 6 – Colaboradores



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A distribuição dos resultados do indicador Colaboradores apresenta dispersão moderada (DP = 1,94), com intervalo interquartílico entre 5,00 e 8,12 pontos. A proximidade entre média (6,34) e mediana (6,28) sugere distribuição relativamente equilibrada e níveis semelhantes de desempenho entre a maioria dos municípios. Em comparação à dimensão Gestão consolidada (DP = 0,93), o indicador apresentou maior variabilidade, indicando que as diferenças na estrutura de pessoal constituem importante elemento de distinção entre os municípios amazonenses.

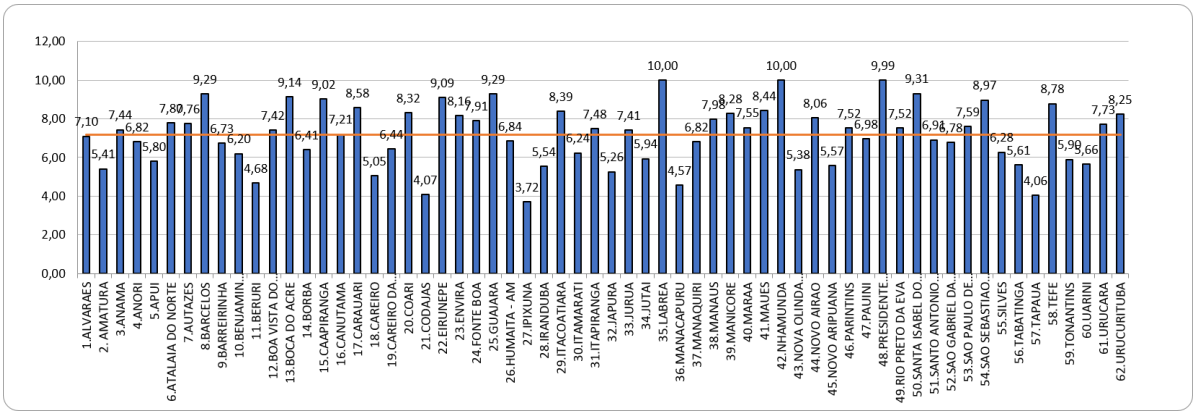
Os resultados reforçam a relevância das capacidades administrativas para a gestão pública municipal, uma vez que a disponibilidade de recursos humanos influencia a implementação de políticas públicas e a coordenação das ações governamentais (Coelho; Guth; Loureiro, 2020; Secchi, 2016).

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

7.2.2 Indicador – Planejamento

Gráfico 7 – Planejamento



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os resultados do indicador Planejamento evidenciam desempenho relativamente elevado entre os municípios amazonenses, alcançando média estadual de 7,17 pontos, a mais alta entre os indicadores da dimensão Gestão. A mediana de 7,41 pontos e o desvio-padrão de 1,55 indicam que a maior parte dos municípios apresentou resultados concentrados em faixas intermediárias e superiores da escala, sugerindo comportamento relativamente homogêneo quando comparado a outros indicadores analisados.

A distribuição dos resultados evidencia desempenho relativamente consistente dos municípios em aspectos relacionados ao planejamento governamental. O intervalo interquartílico entre 6,01 e 8,28 pontos e a menor variabilidade em comparação ao indicador Colaboradores sugerem que práticas de planejamento orçamentário e coordenação administrativa encontram-se relativamente difundidas entre as administrações municipais amazonenses.

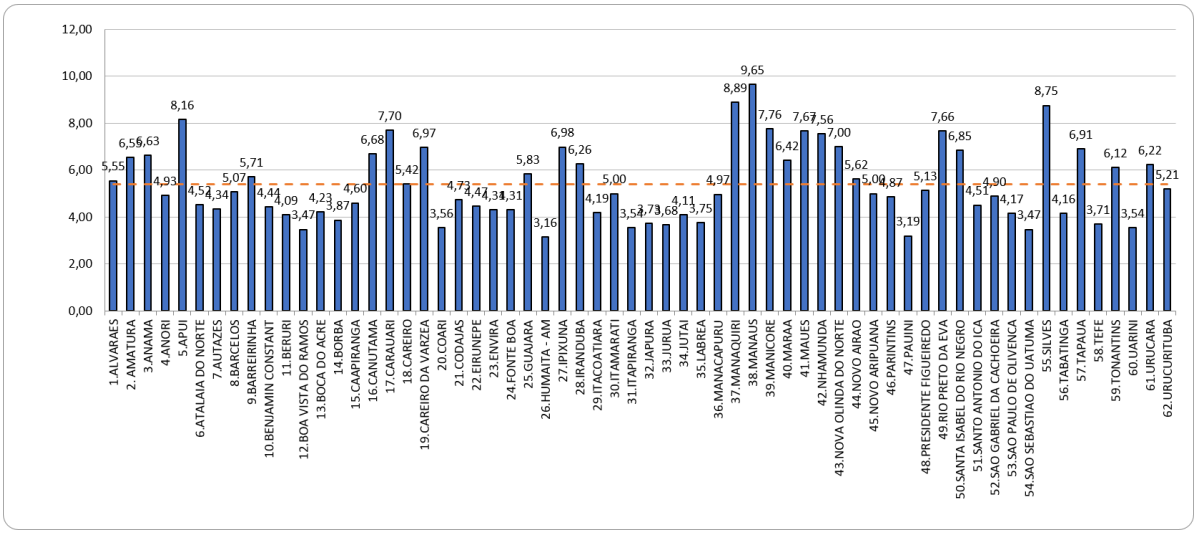
Os resultados reforçam a relevância do planejamento para a gestão pública municipal, especialmente na definição de prioridades, captação de recursos e coordenação das ações governamentais. Nesse sentido, Matias-Pereira (2010) e Secchi (2016) destacam que o planejamento constitui elemento fundamental para a efetividade da governança pública e para a implementação de políticas orientadas à geração de resultados para a sociedade.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

7.2.3 Indicador – Transparência

Gráfico 8 – Transparência



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

O indicador Transparência apresentou desempenho intermediário entre os municípios amazonenses, com média de 5,39 pontos, mediana de 4,98 e desvio-padrão de 1,59. O intervalo interquartílico entre 4,17 e 6,61 pontos evidencia dispersão moderada dos resultados, indicando diferenças na capacidade dos municípios de disponibilizar informações e atender aos requisitos de transparência. Em comparação ao indicador Planejamento, observou-se maior heterogeneidade entre os municípios, sugerindo diferenças mais acentuadas quanto à disponibilidade e à qualidade das informações prestadas à sociedade e aos órgãos de controle.

Essa característica merece atenção, uma vez que a metodologia do IGM-CFA utiliza informações provenientes de bases administrativas secundárias e atribui nota zero aos municípios sem dados disponíveis em determinadas variáveis. Nesse contexto, limitações na capacidade de registrar, atualizar e disponibilizar informações podem influenciar os resultados observados em diferentes indicadores do índice. Assim, as diferenças identificadas no indicador Transparência podem refletir não apenas distintos níveis de abertura institucional, mas também desigualdades na capacidade de produção e reporte de dados pelos municípios.

Os resultados corroboram a OECD (2015), que considera a transparência um dos pilares da governança pública, e Secchi (2016), para quem mecanismos de accountability fortalecem o controle social, a legitimidade institucional e a confiança

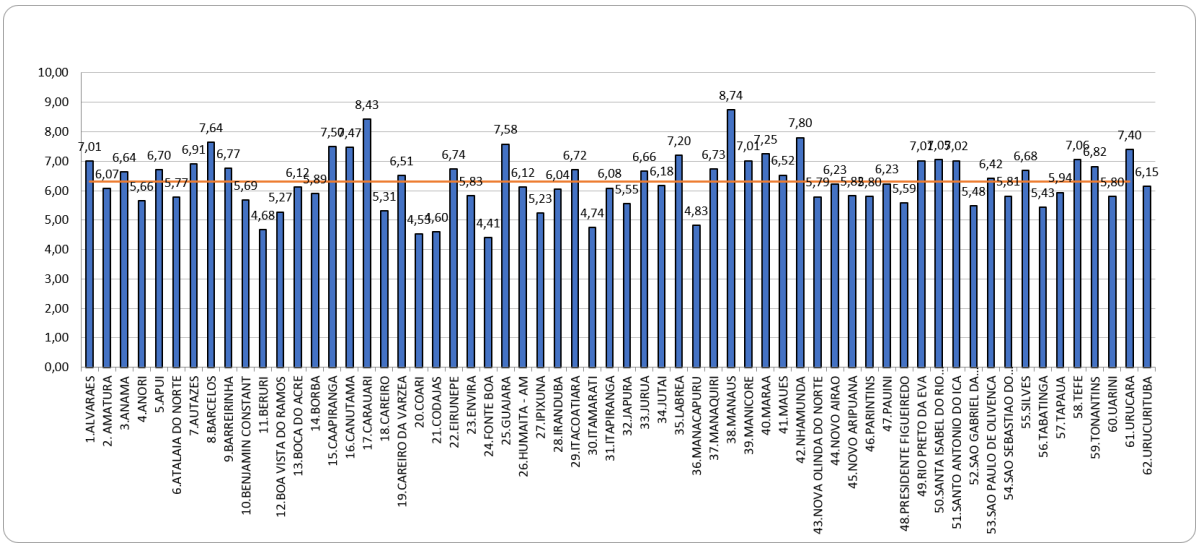
REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

da sociedade nas organizações públicas.

7.2.4 Dimensão Geral – Gestão

Gráfico 9 – Dimensão Gestão



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A proximidade entre média (6,30) e mediana (6,20), associada ao baixo desvio-padrão (0,93), indica distribuição relativamente homogênea dos resultados entre os municípios. O intervalo interquartílico compreendido entre 5,78 e 6,99 pontos demonstra que a maior parte das administrações municipais apresentou desempenho concentrado em faixas intermediárias e superiores da escala, evidenciando menor variabilidade quando comparada a diversos indicadores analisados individualmente.

A análise integrada dos indicadores que compõem a dimensão revela padrões distintos de desempenho. Enquanto o Planejamento apresentou os resultados médios mais elevados e comportamento relativamente homogêneo entre os municípios, os indicadores Colaboradores e Transparência evidenciaram maior variabilidade, sugerindo diferenças mais acentuadas na estrutura administrativa e na capacidade de disponibilização de informações públicas. Ainda assim, a consolidação desses indicadores resultou em uma dimensão caracterizada por desempenho relativamente equilibrado entre os municípios amazonenses.

Os resultados indicam que aspectos relacionados ao planejamento, à organização administrativa e à transparência constituem componentes relevantes da governança municipal. Contudo, as diferenças observadas entre os indicadores

REMUNOM
ISSN 2178-6925

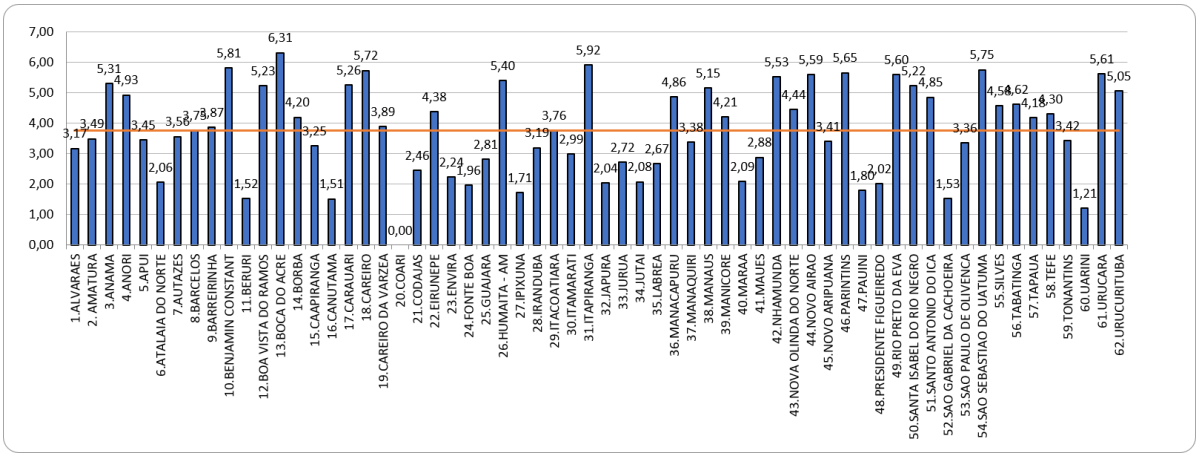
Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

sugerem que capacidades administrativas não se manifestam de forma homogênea em todas as áreas da gestão pública. Nesse sentido, Coelho, Guth e Loureiro (2020), Bouckaert e Halligan (2008) e Secchi (2016) destacam a importância das capacidades estatais, da coordenação organizacional e dos mecanismos de governança para o funcionamento das instituições públicas e a implementação das políticas governamentais.

7.3. Desempenho

7.3.1 Indicador – Educação

Gráfico 10 – Educação



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A distribuição dos resultados apresenta variabilidade moderada, com desvio-padrão de 1,48 ponto e valores situados entre 0,00 e 6,31 pontos. A proximidade entre média (3,76) e mediana (3,76) sugere distribuição relativamente equilibrada dos resultados, embora em níveis inferiores aos observados em outros indicadores analisados. O intervalo interquartílico entre 2,68 e 5,12 pontos demonstra que a maior parte dos municípios concentrou-se em faixas intermediárias de desempenho.

Quando comparado aos demais componentes da dimensão Desempenho, o indicador Educação apresenta resultado médio inferior ao observado em Saúde e Segurança, sugerindo maiores desafios na obtenção de resultados educacionais segundo os critérios avaliados pelo IGM-CFA. Esse comportamento evidencia que avanços em indicadores administrativos ou financeiros não se traduzem necessariamente em melhores resultados educacionais, reforçando o caráter multidimensional da governança municipal.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

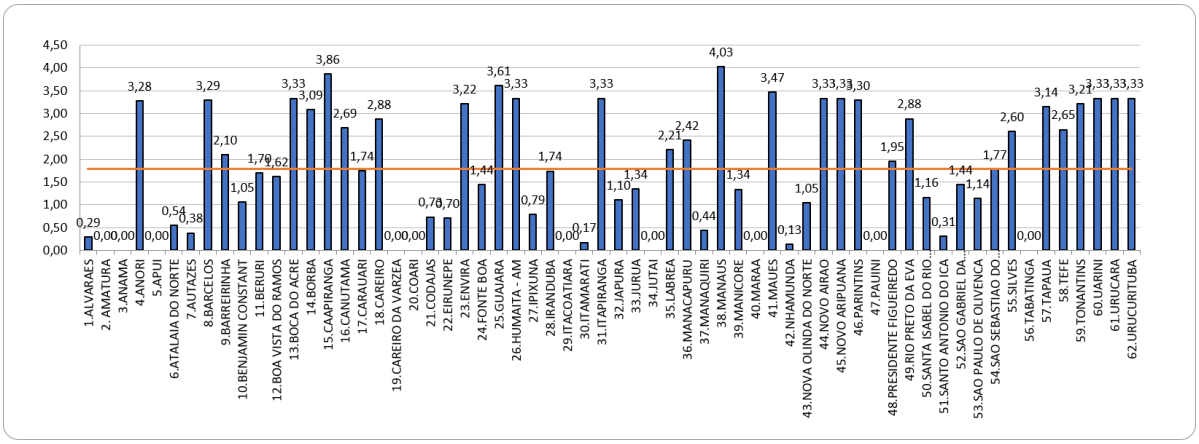
Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

As diferenças observadas entre os municípios podem estar associadas a diversos fatores socioeconômicos, institucionais e territoriais. Entretanto, tais fatores não foram diretamente incorporados ao modelo analítico adotado, devendo ser compreendidos como hipóteses interpretativas apoiadas pela literatura. Nesse sentido, Ferreira (2016) destaca a importância da capacidade governamental para garantir o acesso da população aos serviços públicos essenciais, enquanto Bouckaert e Halligan (2008) ressaltam que o desempenho governamental deve ser avaliado pela capacidade de produzir resultados efetivos para a sociedade.

7.3.2 Indicador – Saneamento e meio ambiente

Os resultados do indicador Saneamento e Meio Ambiente evidenciam o menor desempenho médio entre todos os indicadores analisados, alcançando apenas 1,78 ponto. O indicador contempla aspectos relacionados ao acesso à água, coleta de esgoto e tratamento de esgoto, refletindo condições básicas de infraestrutura urbana e ambiental dos municípios.

Gráfico 11 – Saneamento e meio ambiente



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A distribuição dos resultados demonstra predominância de pontuações reduzidas em praticamente todos os municípios amazonenses. A mediana de 1,72 ponto, associada ao primeiro quartil de apenas 0,46 ponto, evidencia que uma parcela expressiva dos municípios apresentou desempenho bastante limitado segundo os critérios avaliados pelo IGM-CFA. Além disso, diversos municípios registraram pontuação nula no indicador.

Diferentemente do observado em indicadores como Saúde e Segurança, nos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

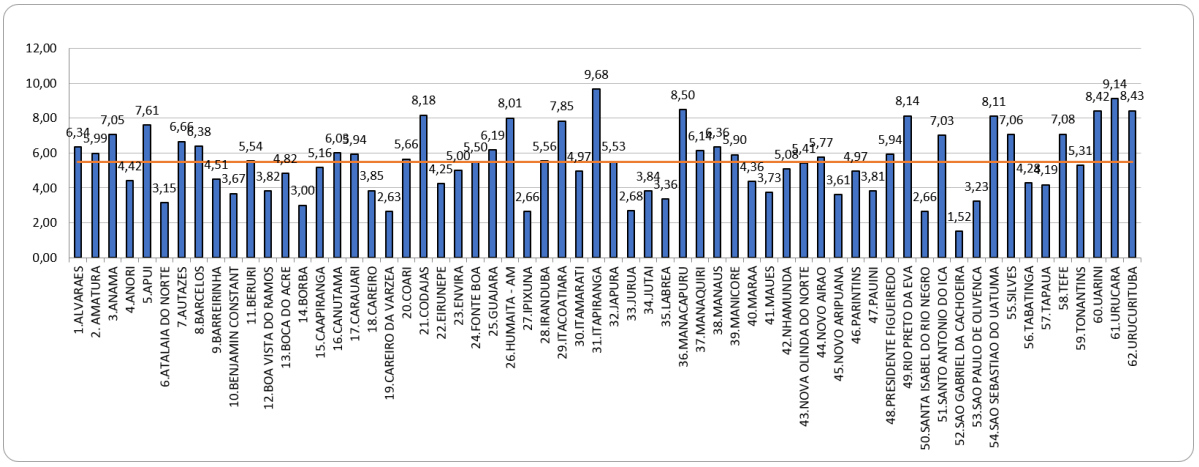
Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

quais parte dos municípios alcançou resultados elevados, o indicador Saneamento e Meio Ambiente apresenta desempenho reduzido mesmo entre os municípios mais bem posicionados. Esse comportamento sugere que as limitações observadas não constituem situações isoladas, mas representam um desafio amplamente disseminado entre os municípios amazonenses.

As dificuldades observadas podem estar associadas a fatores institucionais, financeiros e territoriais. Entretanto, tais fatores não foram diretamente incorporados ao modelo analítico adotado e devem ser compreendidos como hipóteses interpretativas apoiadas pela literatura. Nesse contexto, Bouckaert e Halligan (2008) ressaltam que a efetividade das políticas públicas depende da capacidade estatal de transformar recursos em serviços concretos para a população, enquanto a OECD (2015) destaca a infraestrutura básica de saneamento como elemento fundamental para a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável.

7.3.3 Indicador – Saúde

Gráfico 12 – Saúde



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os resultados apresentam distribuição relativamente equilibrada entre os municípios, evidenciada pela proximidade entre média (5,48) e mediana (5,52). O desvio-padrão de 1,85 ponto e o intervalo interquartílico entre 3,93 e 6,59 pontos indicam variabilidade moderada, sugerindo diferenças na capacidade de oferta e organização dos serviços de saúde, mas sem a concentração de resultados

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

extremamente baixos observada em outros indicadores da dimensão.

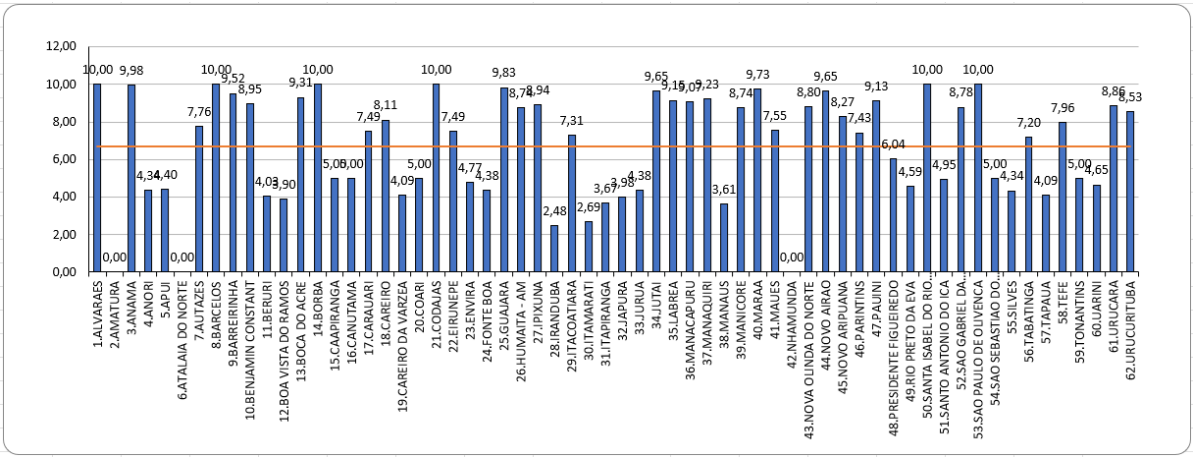
Em comparação aos indicadores Educação e Saneamento e Meio Ambiente, o desempenho médio em Saúde foi consideravelmente superior, indicando que os municípios amazonenses tendem a apresentar resultados relativamente mais favoráveis nas ações relacionadas à atenção básica e à cobertura dos serviços de saúde. Esse comportamento sugere que, apesar dos desafios logísticos e territoriais característicos da região, parte dos municípios tem conseguido alcançar níveis intermediários de desempenho segundo os critérios estabelecidos pelo IGM-CFA.

As diferenças observadas entre os municípios podem estar associadas a fatores institucionais, financeiros e territoriais, embora tais elementos não tenham sido diretamente incorporados ao modelo analítico adotado. Nesse contexto, Secchi (2016) destaca que a capacidade estatal constitui elemento relevante para a implementação das políticas públicas, enquanto Bouckaert e Halligan (2008) ressaltam que o desempenho governamental pode ser avaliado pela capacidade de transformar recursos em serviços efetivamente disponibilizados à população.

7.3.4 Indicador – Segurança

O indicador Segurança apresentou média estadual de 6,70 pontos, configurando o melhor desempenho médio entre os componentes da dimensão Desempenho. O indicador é composto pelas taxas de homicídios e de mortes no trânsito por 100 mil habitantes, refletindo resultados observados no território municipal.

Gráfico 13 – Segurança



REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os resultados evidenciam elevada heterogeneidade entre os municípios amazonenses. O desvio-padrão de 2,80 pontos, o maior entre os indicadores da dimensão Desempenho, e o amplo intervalo interquartílico entre 4,38 e 9,11 pontos demonstram diferenças expressivas nos resultados observados. Além disso, a distância entre os valores mínimo (0,00) e máximo (10,00) evidencia a coexistência de realidades bastante distintas entre os municípios avaliados.

Em comparação aos indicadores anteriores, Segurança apresentou desempenho médio superior, embora acompanhado de maior variabilidade entre os municípios, sugerindo diferenças relevantes entre os contextos locais. Contudo, conforme a metodologia do IGM-CFA, os resultados refletem taxas de homicídios e mortes no trânsito, influenciadas por fatores socioeconômicos, territoriais e institucionais diversos. Além disso, por se tratar de uma área de competência predominantemente estadual, os resultados observados não podem ser atribuídos exclusivamente à atuação dos governos municipais.

Dessa forma, o desempenho observado deve ser compreendido como um retrato das condições associadas à segurança no território municipal, e não como uma medida direta da capacidade de gestão dos governos locais nessa área. Nesse sentido, Ferreira (2016) destaca a importância da coordenação entre diferentes esferas governamentais para o enfrentamento dos problemas públicos, enquanto Secchi (2016) ressalta que a efetividade das políticas públicas depende da articulação entre múltiplos atores institucionais.

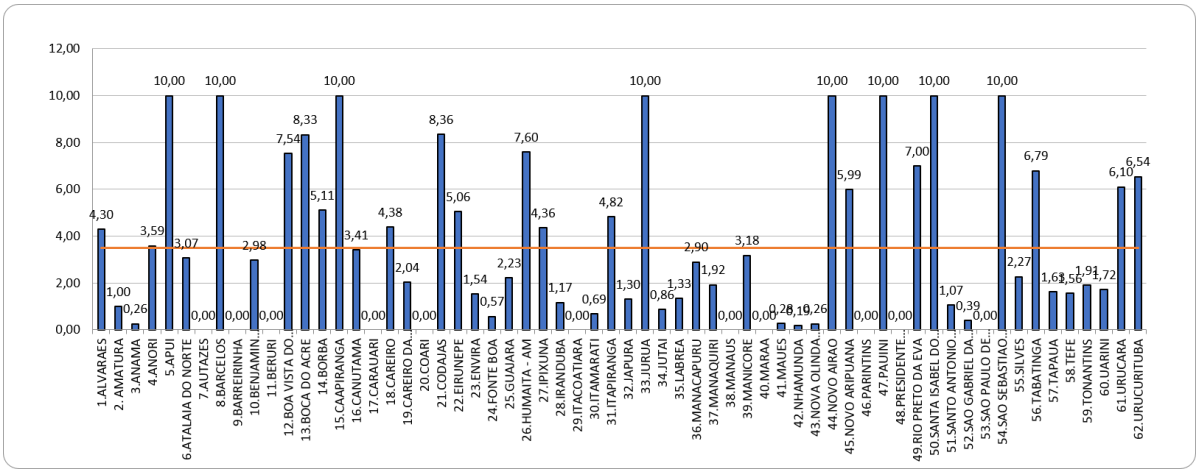
7.3.5 Indicador – Vulnerabilidade Social

Os resultados do indicador Vulnerabilidade Social evidenciam elevada heterogeneidade entre os municípios amazonenses. A média estadual de 3,51 pontos, associada à mediana de apenas 2,13 pontos, sugere que parcela significativa dos municípios apresentou desempenho reduzido segundo os critérios estabelecidos pela metodologia do IGM-CFA.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Gráfico 14 – Vulnerabilidade Social



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A distribuição dos resultados apresenta elevada dispersão (DP = 3,47), a maior entre todos os indicadores analisados. A coexistência de municípios com pontuação máxima e municípios com nota zero, associada ao intervalo interquartílico entre 0,44 e 6,07 pontos, evidencia diferenças expressivas nas condições socioeconômicas observadas entre os municípios amazonenses.

Conforme a metodologia do IGM-CFA, o indicador é calculado a partir da proporção da população cadastrada no Cadastro Único em situação de vulnerabilidade econômica, quanto maior a nota, menor a condição de vulnerabilidade. Dessa forma, os resultados refletem condições socioeconômicas influenciadas por fatores econômicos, demográficos e sociais mais amplos, não podendo ser atribuídos exclusivamente à atuação da administração pública municipal.

Assim, o indicador deve ser compreendido como uma medida das condições socioeconômicas observadas nos municípios, e não como uma avaliação direta da capacidade de gestão dos governos locais.

7.3.6 Dimensão Geral – Desempenho

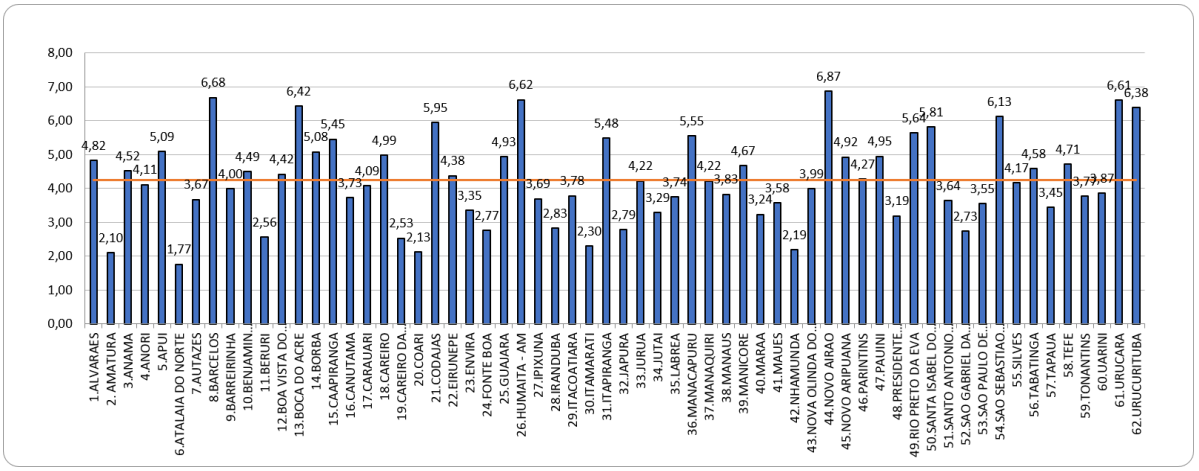
A dimensão Desempenho apresentou média estadual de 4,25 pontos, configurando o menor resultado entre as três dimensões avaliadas pelo IGM-CFA. O indicador consolida os resultados observados nas áreas de Educação, Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Segurança e Vulnerabilidade Social, permitindo uma visão integrada dos resultados sociais considerados pela metodologia do

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

índice.

Gráfico 15 – Dimensão Desempenho



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

A distribuição dos resultados apresenta variabilidade moderada, com média de 4,25 pontos, mediana de 4,14 pontos e desvio-padrão de 1,27. O intervalo interquartílico entre 3,47 e 4,98 pontos indica que a maior parte dos municípios manteve-se em níveis intermediários de desempenho, embora persistam diferenças relevantes entre as localidades analisadas.

A análise integrada dos indicadores evidencia comportamentos distintos dentro da dimensão. Enquanto Segurança e Saúde apresentaram os maiores resultados médios, Educação, Vulnerabilidade Social e, principalmente, Saneamento e Meio Ambiente registraram desempenhos mais reduzidos, demonstrando que os desafios enfrentados pelos municípios amazonenses não se distribuem de forma homogênea entre as áreas das políticas públicas avaliadas pelo IGM-CFA.

Adicionalmente, a análise de correlação de Spearman não identificou associações estatisticamente significativas entre as dimensões Finanças, Gestão e Desempenho, indicando que melhores resultados financeiros ou administrativos não se traduzem automaticamente em desempenho superior nos indicadores sociais. Esse resultado reforça o caráter multidimensional da governança municipal e a importância de avaliações que integrem capacidades governamentais e resultados produzidos para a sociedade (Bouckaert; Halligan, 2008; OECD, 2015; Ferreira, 2016).

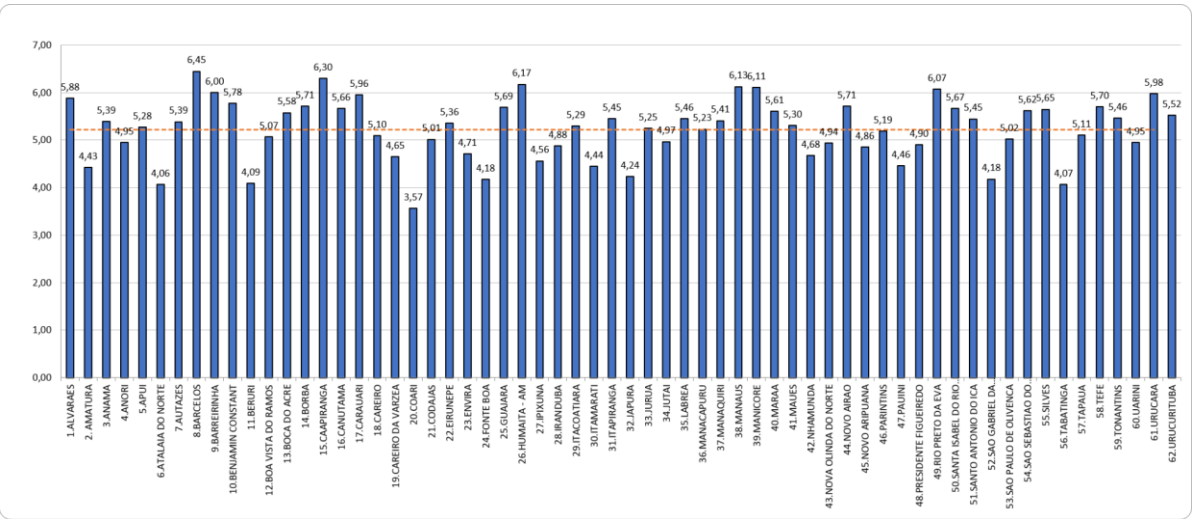
REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

7.4 Síntese Integrada da Governança Municipal no Amazonas

O Gráfico 16 apresenta o desempenho geral dos 62 municípios amazonenses no IGM-CFA, sintetizando os resultados das dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho e oferecendo uma visão integrada da governança municipal.

Gráfico 16 – IGM-CFA de 2025



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os resultados evidenciam desempenho predominantemente intermediário entre os municípios amazonenses, com média estadual de 5,22 pontos e pontuações variando entre 3,57 e 6,45 pontos. Os resultados indicam diferenças na capacidade dos municípios de articular recursos financeiros, capacidades administrativas e resultados sociais, refletindo distintos níveis de governança municipal.

Embora a maior parte dos municípios esteja concentrada próxima à média estadual, a interpretação dos resultados deve considerar as diferenças socioeconômicas e institucionais existentes entre os municípios amazonenses. Nesse sentido, o IGM-CFA constitui uma medida sintética e multidimensional de governança, de modo que a posição ocupada pelos municípios no índice geral não deve ser analisada isoladamente, mas em conjunto com as dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho, uma vez que municípios com pontuações semelhantes podem apresentar resultados distintos em indicadores específicos.

Com o objetivo de verificar a existência de associação entre as dimensões do IGM-CFA, foi realizada análise de correlação de Spearman entre Finanças,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

Gestão, Desempenho e o índice geral de governança municipal.

Tabela 2 – Correlação de Spearman entre as dimensões do IGM-CFA e o índice geral de governança municipal

Variáveis	Coeficiente de Spearman (ρ)	p-valor	Interpretação
Finanças × Gestão	0,186	0,148	Fraca e não significativa
Finanças × Desempenho	-0,202	0,115	Fraca e não significativa
Gestão × Desempenho	0,206	0,109	Fraca e não significativa
Finanças × IGM Geral	0,397	0,001	Moderada e significativa
Gestão × IGM Geral	0,696	< 0,001	Forte e significativa
Desempenho × IGM Geral	0,641	< 0,001	Forte e significativa

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os resultados indicam correlações fracas e estatisticamente não significativas entre as dimensões Finanças e Gestão (ρ = 0,186; p = 0,148), Finanças e Desempenho (ρ = -0,202; p = 0,115) e Gestão e Desempenho (ρ = 0,206; p = 0,109), sugerindo que o desempenho dos municípios em uma dimensão não está necessariamente associado ao desempenho nas demais. Em contrapartida, observaram-se correlações positivas e significativas entre cada dimensão e o IGM Geral, resultado compatível com a estrutura de composição do índice.

Os resultados reforçam o caráter multidimensional da governança municipal, indicando que recursos financeiros, capacidades administrativas e resultados das políticas públicas seguem dinâmicas distintas entre os municípios amazonenses. Dessa forma, a avaliação da governança municipal requer uma abordagem integrada, capaz de considerar conjuntamente as diferentes dimensões que compõem o IGM-CFA.

8. Considerações finais

A análise da governança municipal dos 62 municípios do estado do Amazonas, a partir do IGM-CFA, evidenciou diferenças relevantes entre os municípios nas dimensões de Finanças, Gestão e Desempenho. De modo geral, a dimensão Gestão apresentou os melhores resultados médios, enquanto a dimensão Desempenho registrou os menores níveis de desempenho, revelando

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

desafios mais expressivos na transformação de capacidades administrativas e recursos disponíveis em resultados para a população. Os resultados também evidenciaram elevada heterogeneidade entre os municípios amazonenses, refletindo diferentes níveis de governança municipal.

A análise de correlação de Spearman não identificou associações estatisticamente significativas entre as dimensões quando consideradas isoladamente, indicando que recursos financeiros, capacidades administrativas e resultados das políticas públicas seguem dinâmicas próprias e não se relacionam de forma automática. Esse resultado reforça o caráter multidimensional da governança municipal e a necessidade de avaliações integradas dos diferentes componentes que compõem o IGM-CFA.

No campo teórico, o estudo contribui para ampliar as discussões sobre governança pública municipal no contexto amazônico ao apresentar um diagnóstico comparativo dos municípios do estado com base na metodologia do IGM-CFA. Sob o ponto de vista prático, os resultados oferecem subsídios para gestores públicos, órgãos de controle e sociedade civil ao identificar padrões de desempenho, fragilidades administrativas e desigualdades entre os municípios analisados.

Como limitações, destaca-se a utilização exclusiva dos dados do IGM-CFA e o caráter transversal da pesquisa, que restringem a análise aos indicadores contemplados pelo índice e a um único período de observação. Além disso, fatores contextuais relevantes para a realidade amazônica, como características territoriais, logísticas e econômicas, não foram incorporados diretamente ao modelo analítico. Também deve ser considerado que os resultados dependem de bases administrativas secundárias alimentadas pelos próprios entes públicos, podendo sofrer influência de diferenças na capacidade dos municípios de registrar, atualizar e disponibilizar informações aos sistemas governamentais. Dessa forma, parte das variações observadas pode refletir não apenas diferenças nos níveis de governança municipal, mas também desigualdades na produção e no reporte de dados administrativos. Recomenda-se que pesquisas futuras realizem análises longitudinais, incorporem variáveis contextuais complementares e ampliem as comparações para outros estados da região Norte.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio José Leite de; SALEM, Ione; MOURA, Rodrigo Neves; MARTINS, Humberto Falcão; PORTO, Gilberto. **Índice CFA de Governança Municipal**. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 10., 2017, Brasília. Anais [...]. Brasília: CONSAD, 2017.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 587-620, 2010.

BOUCKAERT, Geert; HALLIGAN, John. **Managing performance: international comparisons**. New York: Routledge, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 nov. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

CHICHOSKI, Alexandre; SEHN, Márcia; MELLO, Gilmar Ribeiro de. Índice de governança municipal e práticas de governança eletrônica nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 1121-1142, 2019.

COELHO, Rony; GUTH, Felipe; LOUREIRO, Miguel. Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 71, n. 4, p. 778-808, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71i4.4524.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **Índice de Governança Municipal – IGM-CFA**. Brasília: CFA, 2025. Disponível em: https://igm.cfa.org.br/. Acesso em: 26 jul. 2025.

FERREIRA, G. J. B. de C. Governança corporativa aplicada ao setor público: o controle interno como um dos núcleos de implementação. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 39-73, 2016.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HANSEN, Sune Welling; HOULBERG, Kurt; PEDERSEN, Lene Holm. Do municipal

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

mergers improve fiscal outcomes? **Scandinavian Political Studies**, v. 37, n. 2, p. 196-214, 2014.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 479-499, maio/jun. 2006.

KRUGER, Juliano Milton. **Metodologia da pesquisa em Administração: em linguagem descomplicada**. Curitiba-PR: Editora BAGAI, 2023.

LIMA, Sérgio Carlos de. **Desempenho fiscal da dívida dos grandes municípios brasileiros**. 2011. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, José Carlos; MATTOS, Enlinson; WAKIM, Vasconcelos. Gestão fiscal nos municípios brasileiros: uma análise das diferenças regionais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 740-761, 2019.

MATIAS, Alberto Borges; CAMPELLO, Carlos Alberto Gomes Barbosa. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELLO, Gilmar Ribeiro de. **Governança corporativa no setor público federal brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MENEZES, Antônio Manoel Ferreira. **O processo de descentralização e as contas públicas: um estudo sobre as bases financeiras municipais baianas**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

OECD. **Government at a glance 2015**. Paris: OECD Publishing, 2015.

REIS, Anderson de Oliveira. **Corrupção e qualidade na gestão fiscal**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

RONCONI, Luciana. Governança pública: um novo arranjo institucional do Estado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 739-759, 2011.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, Celina. Federalismo e gasto social no Brasil: tensões e tendências. **Lua Nova**, São Paulo, n. 52, p. 5-28, 2001.

APÊNDICE

Tabela A1 – Indicadores e Dimensão Finanças

Município	Investimento per capita	Fiscal	Equilíbrio Previdenciário	Custo do Legislativo	Finanças - Dimensão
ALVARÃES	8,81	7,25	0,00	7,21	5,82
AMATURÁ	7,22	6,10	0,00	7,13	5,11
ANAMÃ	6,71	6,01	0,00	7,38	5,02
ANORI	5,50	6,84	0,00	8,02	5,09
APUÍ	5,32	7,01	0,00	3,81	4,04
ATALAIA DO NORTE	7,51	4,49	0,00	6,60	4,65
AUTAZES	7,26	6,22	0,00	8,83	5,58
BARCELOS	1,46	4,94	5,56	8,11	5,02
BARREIRINHA	7,75	6,00	7,41	7,81	7,24
BENJAMIN CONSTANT	6,15	7,33	7,41	7,72	7,15
BERURI	5,40	6,13	3,70	4,94	5,04
BOA VISTA DO RAMOS	5,55	6,51	0,00	10,00	5,52
BOCA DO ACRE	2,86	5,06	0,00	8,82	4,19
BORBA	2,43	6,19	6,41	9,63	6,16
CAAPIRANGA	2,25	5,32	7,41	8,78	5,94
CANUTAMÃ	3,77	7,85	2,86	8,67	5,79
CARAUARI	5,11	7,60	1,85	6,83	5,35
CAREIRO	10,00	6,09	0,00	3,90	5,00
CAREIRO DA VARZEA	5,02	6,70	0,00	7,97	4,92
COARI	4,86	6,18	0,00	5,09	4,03
CODAJÁS	1,21	6,77	0,00	10,00	4,50
EIRUNEPÉ	4,49	6,41	0,00	8,93	4,96
ENVIRA	5,05	4,79	1,43	8,54	4,95
FONTE BOA	9,77	6,09	5,56	0,00	5,35
GUAJARÁ	3,11	6,56	0,00	8,58	4,56

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

HUMAITÁ	1,87	7,42	3,85	10,00	5,79
IPIXUNA	6,87	6,48	0,00	5,70	4,76
IRANDUBA	6,48	6,80	1,28	8,55	5,78
ITACOATIARA	7,60	6,07	2,22	5,64	5,38
ITAMARATI	8,56	9,11	0,00	7,47	6,29
ITAPIRANGA	3,99	6,61	0,00	8,57	4,79
JAPURÁ	3,99	4,31	0,00	9,20	4,37
JURUÁ	1,57	7,88	0,00	10,00	4,86
JUTAÍ	9,28	5,22	0,00	7,26	5,44
LÁBREA	5,29	3,85	2,56	10,00	5,43
MANACAPURU	4,29	5,20	2,22	9,55	5,32
MANAQUIRI	6,63	5,94	1,43	7,13	5,28
MANAUS	0,61	8,83	7,00	6,81	5,81
MANICORÉ	9,14	8,05	2,56	6,84	6,65
MARAÃ	7,94	6,99	2,86	7,55	6,34
MAUÉS	7,46	7,60	2,56	5,63	5,81
NHAMUNDÁ	7,22	6,64	0,00	2,35	4,05
NOVA OLINDA DO NORTE	9,78	6,36	0,00	3,97	5,03
NOVO AIRÃO	2,26	6,15	0,00	7,77	4,05
NOVO ARIPUANÃ	3,55	7,44	0,00	4,34	3,83
PARINTINS	7,54	5,58	0,00	8,83	5,49
PAUINI	1,35	7,45	0,00	0,00	2,20
PRESIDENTE FIGUEIREDO	10,00	5,70	8,00	0,00	5,92
RIO PRETO DA EVA	10,00	5,44	3,70	3,07	5,55
SANTA ISABEL DO R. NEGRO	0,09	6,48	0,00	10,00	4,14
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	8,33	7,24	0,00	7,15	5,68
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4,61	4,73	0,00	7,96	4,32
SAO PAULO DE OLIVENÇA	8,54	5,00	0,00	6,86	5,10
SAO SEBASTIAO DO UATUMÃ	0,82	8,88	0,00	10,00	4,93
SILVES	7,89	8,47	0,00	8,04	6,10
TABATINGA	1,96	6,83	0,00	0,00	2,20
TAPAUÁ	9,26	8,01	0,00	6,50	5,94
TEFÉ	8,19	4,69	0,00	8,46	5,33
TONANTINS	7,43	6,38	0,00	9,35	5,79
UARINI	6,71	5,60	0,00	8,38	5,17
URUCARA	4,97	7,02	0,00	3,71	3,92
URUCURITUBA	5,06	4,21	0,00	6,89	4,04

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Tabela A2 – Indicadores e Dimensão Gestão

Município	Colaboradores	Planejamento	Transparência	Dimensão
ALVARÃES	8,39	7,10	5,55	7,01
AMATURÁ	6,25	5,41	6,55	6,07
ANAMÃ	5,86	7,44	6,63	6,64
ANORI	5,23	6,82	4,93	5,66
APUÍ	6,15	5,80	8,16	6,70

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

ATALAIA DO NORTE	5,00	7,80	4,52	5,77
AUTAZES	8,63	7,76	4,34	6,91
BARCELOS	8,56	9,29	5,07	7,64
BARREIRINHA	7,85	6,73	5,71	6,77
BENJAMIN CONSTANT	6,42	6,20	4,44	5,69
BERURI	5,28	4,68	4,09	4,68
BOA VISTA DO RAMOS	4,93	7,42	3,47	5,27
BOCA DO ACRE	5,00	9,14	4,23	6,12
BORBA	7,40	6,41	3,87	5,89
CAAPIRANGA	8,89	9,02	4,60	7,50
CANUTAMÃ	8,53	7,21	6,68	7,47
CARAUARI	9,02	8,58	7,70	8,43
CAREIRO	5,45	5,05	5,42	5,31
CAREIRO DA VARZEA	6,13	6,44	6,97	6,51
COARI	1,72	8,32	3,56	4,53
CODAJÁS	5,00	4,07	4,73	4,60
EIRUNEPÉ	6,65	9,09	4,47	6,74
ENVIRA	5,02	8,16	4,31	5,83
FONTE BOA	1,01	7,91	4,31	4,41
GUAJARÁ	7,61	9,29	5,83	7,58
HUMAITÁ	8,37	6,84	3,16	6,12
IPIXUNA	5,00	3,72	6,98	5,23
IRANDUBA	6,32	5,54	6,26	6,04
ITACOATIARA	7,57	8,39	4,19	6,72
ITAMARATI	3,00	6,24	5,00	4,74
ITAPIRANGA	7,23	7,48	3,54	6,08
JAPURÁ	7,66	5,26	3,73	5,55
JURUÁ	8,88	7,41	3,68	6,66
JUTAÍ	8,48	5,94	4,11	6,18
LÁBREA	7,84	10,00	3,75	7,20
MANACAPURU	4,95	4,57	4,97	4,83
MANAQUIRI	4,47	6,82	8,89	6,73
MANAUS	8,59	7,98	9,65	8,74
MANICORÉ	5,00	8,28	7,76	7,01
MARAÃ	7,76	7,55	6,42	7,25
MAUÉS	3,45	8,44	7,67	6,52
NHAMUNDÁ	5,84	10,00	7,56	7,80
NOVA OLINDA DO NORTE	5,00	5,38	7,00	5,79
NOVO AIRÃO	5,00	8,06	5,62	6,23
NOVO ARIPUANÃ	6,89	5,57	5,00	5,82
PARINTINS	5,00	7,52	4,87	5,80
PAUINI	8,52	6,98	3,19	6,23
PRESIDENTE FIGUEIREDO	1,65	9,99	5,13	5,59
RIO PRETO DA EVA	5,86	7,52	7,66	7,01
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	5,00	9,31	6,85	7,05
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	9,63	6,91	4,51	7,02
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	4,77	6,78	4,90	5,48

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

SAO PAULO DE OLIVENÇA	7,51	7,59	4,17	6,42
SAO SEBASTIAO DO UATUMÃ	5,00	8,97	3,47	5,81
SILVES	5,00	6,28	8,75	6,68
TABATINGA	6,53	5,61	4,16	5,43
TAPAUÁ	6,85	4,06	6,91	5,94
TEFÉ	8,69	8,78	3,71	7,06
TONANTINS	8,43	5,90	6,12	6,82
UARINI	8,21	5,66	3,54	5,80
URUCARA	8,26	7,73	6,22	7,40
URUCURITUBA	5,00	8,25	5,21	6,15

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Tabela A3 – Indicadores e Dimensão Desempenho e IGM Geral

Município	Educação	Saneamento e Meio ambiente	Saúde	Segurança	Vulnerabilidade Social	Dimensão - Gestão	IGM-CFA
ALVARÃES	3,17	0,29	6,34	10,00	4,30	4,82	5,88
AMATURÁ	3,49	0,00	5,99	0,00	1,00	2,10	4,43
ANAMÃ	5,31	0,00	7,05	9,98	0,26	4,52	5,39
ANORI	4,93	3,28	4,42	4,34	3,59	4,11	4,95
APUÍ	3,45	0,00	7,61	4,40	10,00	5,09	5,28
ATALAIA DO NORTE	2,06	0,54	3,15	0,00	3,07	1,77	4,06
AUTAZES	3,56	0,38	6,66	7,76	0,00	3,67	5,39
BARCELOS	3,75	3,29	6,38	10,00	10,00	6,68	6,45
BARREIRINHA	3,87	2,10	4,51	9,52	0,00	4,00	6,00
BENJAMIN CONSTANT	5,81	1,05	3,67	8,95	2,98	4,49	5,78
BERURI	1,52	1,70	5,54	4,03	0,00	2,56	4,09
BOA VISTA DO RAMOS	5,23	1,62	3,82	3,90	7,54	4,42	5,07
BOCA DO ACRE	6,31	3,33	4,82	9,31	8,33	6,42	5,58
BORBA	4,20	3,09	3,00	10,00	5,11	5,08	5,71
CAAPIRANGA	3,25	3,86	5,16	5,00	10,00	5,45	6,30
CANUTAMÃ	1,51	2,69	6,03	5,00	3,41	3,73	5,66
CARAUARI	5,26	1,74	5,94	7,49	0,00	4,09	5,96
CAREIRO	5,72	2,88	3,85	8,11	4,38	4,99	5,10
CAREIRO DA VARZEA	3,89	0,00	2,63	4,09	2,04	2,53	4,65
COARI	0,00	0,00	5,66	5,00	0,00	2,13	3,57
CODAJÁS	2,46	0,73	8,18	10,00	8,36	5,95	5,01
EIRUNEPÉ	4,38	0,70	4,25	7,49	5,06	4,38	5,36
ENVIRA	2,24	3,22	5,00	4,77	1,54	3,35	4,71
FONTE BOA	1,96	1,44	5,50	4,38	0,57	2,77	4,18
GUAJARÁ	2,81	3,61	6,19	9,83	2,23	4,93	5,69
HUMAITÁ	5,40	3,33	8,01	8,74	7,60	6,62	6,17
IPIXUNA	1,71	0,79	2,66	8,94	4,36	3,69	4,56
IRANDUBA	3,19	1,74	5,56	2,48	1,17	2,83	4,88

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/05/2026 - **Accepted:** 29/06/2026
Vol: 13.14
DOI: 10.66104/9ed37t45
Pages: 1-35

ITACOATIARA	3,76	0,00	7,85	7,31	0,00	3,78	5,29
ITAMARATI	2,99	0,17	4,97	2,69	0,69	2,30	4,44
ITAPIRANGA	5,92	3,33	9,68	3,67	4,82	5,48	5,45
JAPURÁ	2,04	1,10	5,53	3,98	1,30	2,79	4,24
JURUÁ	2,72	1,34	2,68	4,38	10,00	4,22	5,25
JUTAÍ	2,08	0,00	3,84	9,65	0,86	3,29	4,97
LÁBREA	2,67	2,21	3,36	9,15	1,33	3,74	5,46
MANACAPURU	4,86	2,42	8,50	9,07	2,90	5,55	5,23
MANAQUIRI	3,38	0,44	6,14	9,23	1,92	4,22	5,41
MANAUS	5,15	4,03	6,36	3,61	0,00	3,83	6,13
MANICORÉ	4,21	1,34	5,90	8,74	3,18	4,67	6,11
MARAÃ	2,09	0,00	4,36	9,73	0,00	3,24	5,61
MAUÉS	2,88	3,47	3,73	7,55	0,28	3,58	5,30
NHAMUNDÁ	5,53	0,13	5,08	0,00	0,19	2,19	4,68
NOVA OLINDA DO NORTE	4,44	1,05	5,41	8,80	0,26	3,99	4,94
NOVO AIRÃO	5,59	3,33	5,77	9,65	10,00	6,87	5,71
NOVO ARIPUANÃ	3,41	3,33	3,61	8,27	5,99	4,92	4,86
PARINTINS	5,65	3,30	4,97	7,43	0,00	4,27	5,19
PAUINI	1,80	0,00	3,81	9,13	10,00	4,95	4,46
PRESIDENTE FIGUEIREDO	2,02	1,95	5,94	6,04	0,00	3,19	4,90
RIO PRETO DA EVA	5,60	2,88	8,14	4,59	7,00	5,64	6,07
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	5,22	1,16	2,66	10,00	10,00	5,81	5,67
SANTO ANTONIO DO IÇÁ	4,85	0,31	7,03	4,95	1,07	3,64	5,45
SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	1,53	1,44	1,52	8,78	0,39	2,73	4,18
SAO PAULO DE OLIVENÇA	3,36	1,14	3,23	10,00	0,00	3,55	5,02
SAO SEBASTIAO DO UATUMÃ	5,75	1,77	8,11	5,00	10,00	6,13	5,62
SILVES	4,58	2,60	7,06	4,34	2,27	4,17	5,65
TABATINGA	4,62	0,00	4,28	7,20	6,79	4,58	4,07
TAPAUÁ	4,18	3,14	4,19	4,09	1,63	3,45	5,11
TEFÉ	4,30	2,65	7,08	7,96	1,56	4,71	5,70
TONANTINS	3,42	3,21	5,31	5,00	1,91	3,77	5,46
UARINI	1,21	3,33	8,42	4,65	1,72	3,87	4,95
URUCARA	5,61	3,33	9,14	8,86	6,10	6,61	5,98
URUCURITUBA	5,05	3,33	8,43	8,53	6,54	6,38	5,52

Fonte: elaborado pelos autores (2026).